

PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL NO PERÍODO DE 1930 -1985

Maria da Saúde Pinto da Costa ¹

Maria Margarita Villegas ²

RESUMO

Este texto propõe-se a apresentar alguns acontecimentos da inclusão e da exclusão escolar no percurso histórico da Educação Básica brasileira desde o período da 2ª República - 1930 a 1985 a fim de analisar seu contexto de desenvolvimento. Teoricamente estar fundamentado em autores como: Palma Filho (2005), Ghiraldelli Júnior (2009), Melo (2012), Silva (2009), Souza; Santos, (2019) além de outros de importância igual. Procuramos compreender as complexas relações sociais presentes em alguns fatos ocorridos na história da Educação Básica do nosso país considerando perspectivas como as de (Araújo; Oliveira e Rossato, 2016; Villegas; González, 2011) realizando isso, através da revisão bibliográfica (Severino, 2007), usando desse modo documentos advindos de investigações já realizadas e publicadas em diversos textos. Nos resultados foram constatados importantes processos de inclusão nesta trajetória histórica educacional brasileira tais como: maior propagação do ensino público com a criação do Ministério da Educação e da Saúde pública; e, de exclusão: a privatização do ensino cujo caráter era elitista, excluindo os menos favorecidos economicamente do sistema educativo. Concluímos que o percurso educacional brasileiro é marcado por distintos acontecimentos inclusivos e excludentes não contemplando a todas as camadas sociais os quais provocam impactos, inclusive, em nossos dias atuais haja vista a exclusão ainda permanecer em nosso cotidiano social.

Palavras-chave: Educação Básica, processos, inclusão, exclusão.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho promove uma discussão teórica acerca de alguns acontecimentos da inclusão e da exclusão vivenciados no contexto histórico da educação básica brasileira considerando o período de tempo correspondente entre os anos de 1930 a 1985. É importante que conheçamos sobre o trajeto que nosso sistema de ensino tem passado para podermos refletir sobre os desafios enfrentados e os avanços conquistados e o que precisa ser feito para a obtenção de melhorias na qualidade do ensino prestado. Assim, justificamos nosso estudo por possibilitar uma reflexão e um tracejo sobre fatos inclusivos e excludentes ocorridos na trajetória educacional do nosso país, possibilitando a construção de novas percepções acerca do sistema de ensino brasileiro.

¹ Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Ensino (POS ENSINO – UERN/UFERSA/IFRN), meigasaude@hotmail.com;

² Doutora em Educação. Aposentada da Universidad Pedagógica Experimental Libertador-UPEL, margaritavillega@hotmail.com.

O Objetivo geral desse estudo é apresentar uma contextualização histórica da Educação Básica brasileira correspondente ao período de tempo, os anos entre 1930 a 1985. Especificamente delimitamos estes dois objetivos: analisar o contexto histórico no qual a educação se desenvolveu; e, identificar alguns dos acontecimentos que constituíram a inclusão e a exclusão na trajetória histórica da Educação Básica brasileira.

Metodologicamente estamos fundamentados na pesquisa bibliográfica (Severino, 2007) haja vista termos feito uso de diferentes materiais já publicados e reconhecidos. O embasamento teórico nos proporcionou a aquisição de informações acerca de diversos fatos que ocorreram no cotidiano histórico da Educação Básica brasileira os quais têm contribuindo para demonstrar como seu deu o processo da inclusão e da exclusão na Educação Básica do nosso país, naquele tempo (1930-1985).

Os resultados evidenciam que entre os eventos inclusivos ocorridos estão: mais acesso do ensino público com o surgimento do Ministério da Educação e da Saúde pública e com a reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior em nível Nacional (Ferreira Jr, 2010; Palma Filho, 2005; Ghiraldelli Júnior, 2009; Mello, 2012). Por sua vez, algumas práticas que corroboram com a exclusão são: a própria Carta de 1937 cuja intenção era que se mantivesse o dualismo educacional; ou seja, os mais favorecidos economicamente pagariam por seus estudos podendo ser no setor público ou privado e os mais pobres deveriam ter acesso apenas aos níveis de ensino que os qualificassem para o mercado de trabalho (Ghiraldelli Júnior, 2009).

Logo, a trajetória da Educação Básica brasileira está constituída por diferentes acontecimentos tanto inclusivos como excludentes, e, atualmente, é evidente que muitos avanços ocorreram ao longo dos anos para que toda a população tenha o seu direito à educação, respeitado, no entanto, ainda existe muita exclusão e muitos sujeitos se encontram fora da escola.

METODOLOGIA

O percurso metodológico trilhado foi a partir da investigação bibliográfica a qual é composta “[...] principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Ademais, buscamos compreender a complexidade existente nas relações sociais que constituiram alguns dos fatos ocorridos na história da Educação Básica do nosso país considerando perspectivas como as de (Araújo; Oliveira e Rossato, 2016; Villegas; González, 2011) realizando isso, através justamente da revisão bibliográfica (Severino, 2007), ao fazermos usos de documentos advindos de investigações já realizadas e publicadas em diversos textos sendo esta documentação reconhecida no âmbito científico.

Dessa forma, fizemos uso de diversas ferramentas no processo de aquisição e análise das informações, como: livros, artigos publicados, dissertações, cadernos para anotações, etc. Empregamos diferentes técnicas de leituras (silenciosa, em voz alta,) realizamos rascunhos, organizamos em pastas as bibliografias levantadas antes de analisarmos-nas. Assim, acessamos diferentes fontes: meios digitais (sites, bibliotecas virtuais, dissertações em pdf) livros físicos. Logo, percorremos diferentes fases neste processo da metodologia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entre as discussões teóricas e seus respectivos autores utilizados na construção desse trabalho estão alguns documentos norteadores e acontecimentos que tratam acerca da inclusão e da exclusão no percurso histórico da educação brasileira, tais como: a criação do Ministério da Educação e da Saúde pública e a reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior em âmbito nacional; a constituição de 1946; o surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); a carta de 1937; a Ditadura Militar, entre outros ocorridos, tendo como principais autores referenciados (Ferreira Jr, 2010; Palma Filho, 2005; Ghiraldelli Júnior, 2009; Mello, 2012; Rodrigues; Capellini; Santos, 2014; Souza e Santos; 2019.).

A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Inicialmente apresentamos nesta seção dos resultados alguns fatos da inclusão no percurso da história educacional do nosso país considerando o período temporal que corresponde aos anos entre 1930 a 1985. A seguir, expomos no quadro 1 os acontecimentos a ser mencionados posteriormente.

Quadro 1 – Acontecimentos históricos inclusivos da educação brasileira

Acontecimentos educacionais inclusivos	Autores
Maior propagação do ensino público - criação do Ministério da Educação e da Saúde pública e reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior em âmbito nacional;	(Ferreira Jr, 2010; Palma Filho, 2005; Ghiraldelli Júnior, 2009; Mello, 2012).
Constituição de 1934 – obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário;	(Ghiraldelli Júnior, 2009; Mello, 2012).
Constituição de 1946 – Educação direito de todos e promulgação da primeira LDBEN de número 4.024 de 1961;	(Ghiraldelli Júnior, 2009; Melo, 2012).
Criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 1967 - destinado aos jovens e adultos;	(Silva, 2009).
Em 1930 - Introdução de serviços direcionados às pessoas com deficiências;	(Jannuzzi; 2006)
Surgimento em 1954 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);	(Rodrigues; Capellini; Santos, 2014).
Décadas de 1960 e 1970 - novas percepções são direcionadas aos alunos com deficiências;	(Aliás, 2016).
Legislação LDBEN/1961 - pela primeira vez faz referência aos alunos com deficiências nomeando os como “excepcionais”;	(Aliás; 2016).
LDBEN/1971 - tratamento especial para os alunos com deficiências.	(Aliás; 2016).

Fonte: Elaboração própria em 2024.

Na nossa “caminhada bibliográfica” pelo percurso histórico da educação brasileira constatamos que a partir de 1930 conforme demonstra o quadro 1 algumas medidas transformaram o processo educacional tornando-o mais inclusivo embora não sendo suficientes ainda, como a interferência do Governo da época (Era Vargas) o qual buscou transformar a educação em uma política de esfera nacional, promovendo uma reformulação no sistema educativo e alcançando mais pessoas promovendo uma maior propagação do ensino público; isto é, passou a abranger uma parcela maior da população com a criação do Ministério da Educação e da Saúde pública (Ferreira Jr, 2010; Palma Filho, 2005; Ghiraldelli Júnior, 2009.).

Desse modo, o ensino secundário em que as aulas correspondiam apenas ao estudo acerca das humanidades, posteriormente, introduziu novas disciplinas e, objetivava preparar para a inserção no nível superior, sendo que essa educação deveria ocorrer de forma obrigatória e gratuita para todos e sem interferência religiosa, além de outras transformações (Palma Filho, 2005; Ghiraldelli Júnior, 2009; Melo, 2012.).

Prosseguindo com essa contextualização histórica sobre alguns fatos inclusivos pertencentes a história da educação básica brasileira segundo Mello (2012) a Constituição de 1934 prescrevia que o ensino primário deveria ocorrer de modo obrigatório e gratuito; e, assim a matrícula na disciplina de religião era facultativa; a educação seria financiada

em nível Federal, Estadual e Municipal; foi originado um Plano Nacional de Educação para fiscalizar os diferentes graus do processo de ensino; ficaram estabelecidas as disciplinas de educação moral e política nos programas curriculares das escolas.

Com o surgimento da Constituição de 1946 promulgada durante a quarta República (1945 a 1964) à educação foi tida como sendo um direito de todos (Mello, 2012). Inclusive, nessa época da quarta República, foi promulgada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de número 4.024 de 1961, a qual defendia que tanto as Instituições oficiais quanto as entidades particulares deveriam ser tratadas de forma igual pelo poder público, além de assegurar os ideais de liberdade, de nacionalidade, democráticos e da solidariedade internacional. Destarte, o poder público deveria se responsabilizar pela oferta do ensino em todos os graus de forma gratuita, desde o primário até os níveis subsequentes e, o sistema educativo passou por novas modificações, (Ghiraldelli Júnior, 2009; Melo, 2012.).

Prosseguindo em nosso estudo e tomando como base Silva (2009) verificamos que outro fato histórico da inclusão na educação brasileira foi a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 1967 tendo como destino à alfabetização de jovens e adultos, incluindo desse modo pessoas que já se encontravam em idades avançadas e não tinham nenhuma escolaridade e nem acesso ao sistema de ensino. Isso porque buscava-se diminuir os altos índices de analfabetismo brasileiro seguindo o ideal de “alfabetização funcional”, que deveria preparar os sujeitos para que recebessem uma qualificação e assim atuassem melhor no mercado de trabalho, (Silva, 2009.).

No período de 1930 algumas ações de caráter mais inclusivo começam a surgir no sistema de ensino brasileiro, vejamos o que diz o autor Jannuzzi (2006) sobre essa época:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular; outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas; há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, [...] (p. 68).

Compreendemos que Jannuzzi (2006) evidencia as mudanças ocorridas a partir do ano 1930 referentes à adoção de medidas para as pessoas que tinham deficiências, buscando inclui-las em alguns serviços como no desenvolvimento de ações por parte do governo considerando a particularidade do alunado deficiente. Nesse sentido, as pessoas

com deficiência eram vistas como incapacitadas e necessitadas de assistência, sendo excluídas da vida social (Santos, 2020).

Nesse contexto histórico do processo de ensino brasileiro tendo a perspectiva da inclusão um fato importante de ser lembrado é o surgimento, em 1954, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (Rodrigues; Capellini; Santos, 2014.). Nessa época, foram criadas instituições específicas direcionadas aos educandos com deficiências, sendo reconhecida a necessidade de eles precisarem de atendimento diferenciado com materiais específicos e de “professor especial”, conforme afirmam as referidas autoras. Nesse cenário, são fundadas as escolas especiais direcionadas aos alunos com deficiências e, posteriormente, aparecem as classes específicas inseridas nas instituições de ensino comum. Na perspectiva de Rodrigues, Capellini e Santos (2014), essas escolas especiais provocaram revoluções pelo fato de ofertarem “[...] ensino para quem sequer o tinha como direito” (p. 05).

Belther (2017) afirma que a trajetória histórica da educação especial brasileira inicialmente, apresentou duas vertentes: a médico-pedagógica, na qual as instituições centravam o atendimento no médico que podia, além de determinar o diagnóstico, contribuir com as ações desenvolvidas nas escolas para as pessoas com deficiência; e a vertente psicopedagógica, em que os institutos centravam-se em princípios psicológicos e não dependiam do médico, mesmo não dispensando-o (Belther, 2017; Jannuzzi, 2004.).

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, a percepção que se tinha acerca do aluno com deficiência sofreu modificações, passando de uma dimensão médica para o sentido mais social (Aliás, 2016.). Nesta fase, conforme Aliás (2016), a educação especial no Brasil, mais precisamente na década de 1960, entra para a pauta das políticas públicas quando o poder público demonstra preocupação com essa modalidade educativa e ela, pela primeira vez, é tratada pela legislação LDBEN/1961, sendo que os estudantes com deficiência são chamados de “excepcionais” e desenvolve-se a ideia de integração comunitária, art.88. “[...] a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”, (BRASIL, 1961, p. 11), artigo já revogado pela LDB de 1996. Isso demonstra o aspecto da inclusão sendo introduzido em nosso sistema de ensino.

Continuando nesse percurso da inclusão na educação brasileira, na década de 1970, mais precisamente em 1971, surgiu a segunda LDBEN, nº 5.692/71, alterando a LDBEN/1961 (Ribeiro; Casa, 2018). A novidade é que essa nova versão da LDBEN/1971 aborda a educação especial somente em seu artigo 9, de forma sucinta, discorrendo sobre

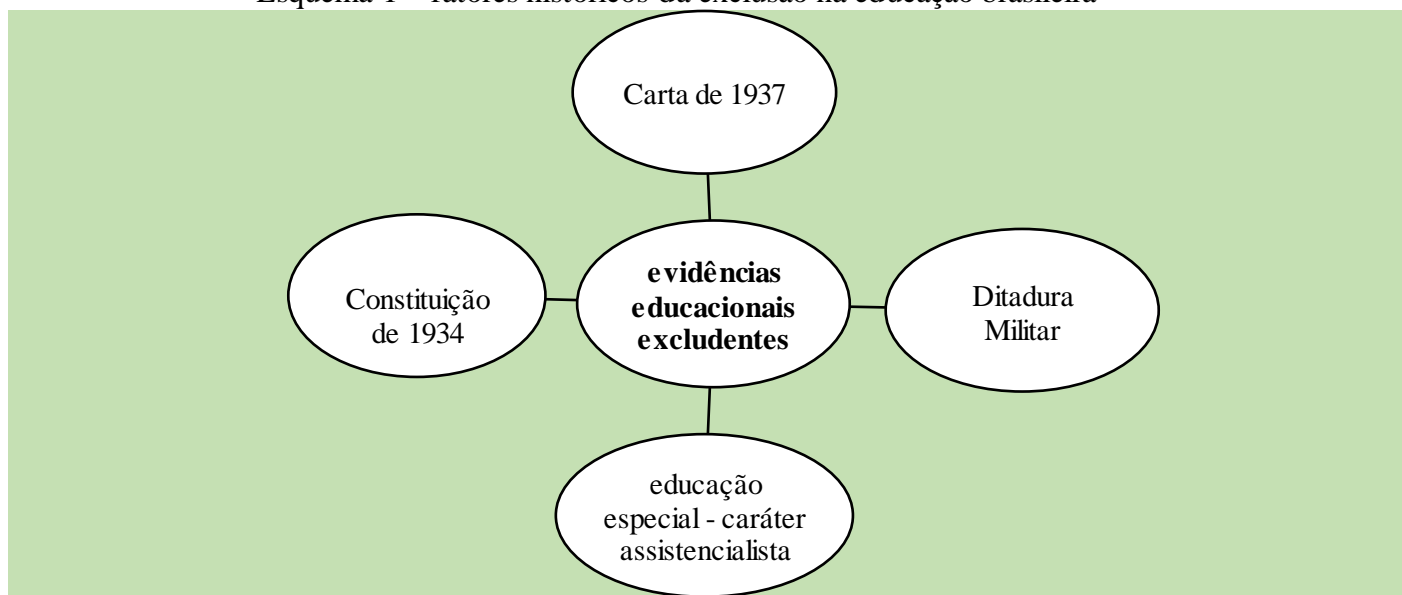
alunos com deficiências físicas ou mentais e acerca dos superdotados ou aqueles com atraso na idade de matrícula escolar, os quais deveriam receber o tratamento de forma especial (Aliás, 2016). Embora, ainda não contemple a todos, nem resolva o problema da exclusão, mas, esses documentos já incluem uma parte da população com deficiência que era desconsiderada no âmbito educacional brasileiro..

A seguir apresentamos uma subseção com alguns acontecimentos que evidenciam a exclusão no âmbito histórico da Educação do nosso país considerando o período de tempo que delimitamos neste trabalho – 1930 a 1985.

Evidências da exclusão na trajetória história da educação básica brasileira

Nesse momento do nosso percurso bibliográfico sobre ocorrências históricas da educação brasileira, destacamos no esquema 1 abaixo alguns documentos e momentos que comprovam práticas excludentes no contexto educacional. Discorreremos um pouco sobre elas adiante.

Esquema 1 – fatores históricos da exclusão na educação brasileira



Fonte: Elaboração própria em 2024.

O caráter excludente da educação apareceu na Constituição de 1934 conforme Ghiraldelli Júnior (2009), pois apesar de no Artigo 149 o texto Constitucional prescrever que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país [...]”. (p. 33), no entanto, o referido autor afirma que o Estado Novo não defendeu a democratização do direito educacional para todos e assim revelou que os menos

favorecidos deveriam ter sua educação financiada pelos que tinham melhores condições econômicas. Dessa forma:

Institucionalizou-se, assim, a escola pública paga e o donativo obrigatório por meio da caixa escolar. Em um país como o nosso, diferente dos Estados Unidos onde o comunitarismo foi a base da colonização, deixar por conta dos mais ricos a educação dos mais pobres, sem a mediação de determinação do Estado, equivalia a simplesmente não se propor qualquer defesa da educação popular geral. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 65).

Na Carta de 1937 fica evidente que sua intenção não era a promoção por parte do Estado de uma educação geral de forma pública e gratuita para toda a população, mas que se mantivesse o dualismo educacional; isto é, os que tinham condições financeiras favoráveis pagariam por seus estudos podendo ser no setor público ou privado e os mais empobrecidos deveriam ter acesso apenas as escolas de níveis profissionais ou, caso desejassem avançar em seus estudos para outros níveis, precisariam contar com a ajuda dos ricos caso se dispusessem a destinar uma quantia financeira para os caixas dos sistemas escolares. (Ghiraldelli Júnior, 2009.).

Assim o dualismo educacional demarca a exclusão pois nele o ensino secundário público estava destinado às elites que se encontravam no comando (privilegiadas economicamente); e, um ensino profissionalizante era direcionado para as demais camadas da população ficando desse modo evidente o caráter educacional não democrático e sim autoritário, excludente (Ghiraldelli Júnior, 2009).

A partir de alguns fatos ocorridos no sistema de ensino, como os mencionados, anteriormente, durante a época do Estado Novo, a educação pública sofreu um retrocesso e não era mais tida como um direito de todos nem estava mais sob responsabilidade do setor público (Ghiraldelli Júnior, 2009; Souza; Santos, 2019.). Nesse período, o ensino público foi demarcado por um caráter elitista na educação básica brasileira.

A educação básica brasileira conservou algumas práticas de momentos anteriores e adotou outras com o surgimento das novas legislações que passaram a vigorar, na quarta República (1945 a 1964) sendo promulgada a Constituição de 1946, defendendo o direito educacional como sendo de todos. No entanto, apesar do aspecto liberal que este ordenamento legislativo apresentou, ele ainda prevaleceu com algumas práticas do regime ditatorial; o nível médio permaneceu ocorrendo de forma dual, possibilitando o ensino secundário de cunho acadêmico e ensino técnico com aspecto utilitário que ofereciam e se direcionavam para o âmbito empírico, não valorizando o aprendizado da

cientificidade, (Mello, 2012; Ghiraldelli Júnior, 2009), seguindo dessa forma o aspecto excludente em nosso sistema educacional.

Na fase da Ditadura Militar (1964 a 1985) conforme Souza e Santos (2019), a educação sofreu um processo de repressão, pois o ensino foi privatizado e continuou sendo privilégio da classe elitista dominante enquanto que as camadas populares foram excluídas e o ensino profissionalizante, assim como o tecnicismo pedagógico, tornaram-se oficiais com o único intuito de preparação da mão de obra em prol das necessidades mercantis.

De acordo com Melo (2012, p.75), “[...] a educação apresentou características pragmáticas e tecnicistas, para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo principalmente mão-de-obra para as indústrias estrangeiras”. Em relação ao pragmatismo, o referido autor diz que essa tendencia considerava o homem como um sujeito prático, ativo e não apenas como um ser que pensa enquanto que o tecnicismo é uma tendência, assim como a pedagógica liberal, na qual o educador era o responsável por criar e executar o planejamento e o educando era visto apenas como receptor de conhecimentos (Melo, 2012).

Para Ghiraldelli Júnior (2009) o Regime Militar foi um momento autoritário e, em termos educacionais, ficou marcado pela repressão, pela privatização de ensino, e uma boa parte das camadas mais carentes ficaram excluídas do ensino primário de qualidade, o ensino profissionalizante foi institucionalizado na rede pública regular sem que ocorresse um processo de adaptação previamente. Destarte, houve bastante exclusão no governo de Vargas.

Cabe destacar neste percurso histórico educacional brasileiro que a educação especial desde o início, apresentou um caráter assistencialista e excludente, aquele que promove ações, mas não modificam a realidade social do sujeito que precisa de algo, seja de apoio, de auxílio etc.; assim, atende tão somente às necessidades particulares e emergentes sem provocar mudanças estruturais duradouras (Rodrigues; Capellini; Santos, 2014.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação básica brasileira passou por diferentes momentos em sua trajetória histórica sendo alguns deles pensados e voltados para a inclusão de toda a sociedade, outros, privilegiaram somente a classe elitista. Foi o que evidenciamos com este estudo que considerou o contexto histórico da educação do nosso país entre os anos de 1930 a 1985, mais especificamente tratamos acerca de acontecimentos que demarcam o processo da inclusão e da exclusão educacional no percurso temporal demarcado.

Entre os fatos inclusivos que constituem o contexto histórico educacional do Brasil estão: a população passou a ter mais acesso à educação com o surgimento do Ministério da Educação e da Saúde pública e com a reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior em âmbito nacional e, com a Constituição de 1934 a partir da qual o ensino primário passou a ser gratuito, etc.

Alguns episódios que apontam a exclusão neste percurso temporal analisado por nós são: a dualidade do ensino, isto é, as pessoas com melhores condições financeiras bancariam seus próprios estudos enquanto que os mais empobrecidos tinham acesso tão somente as escolas de níveis profissionais e, até avançariam para outros níveis, caso alguém da classe mais favorecida economicamente contribuisse destinando uma quantia para os caixas das escolas. Dessa forma, na época do Estado Novo não ocorreu a democratização do direito educacional para todos e, durante a Ditadura Militar (1964 a 1985) houve um retrocesso no processo educacional brasileiro.

Portanto, o percurso educacional brasileiro é marcado por diferentes acontecimentos tanto inclusivos como excludentes, pois não contemplaram a todas as camadas sociais e causaram impactos, inclusive, são refletidos em nossos dias atuais nos quais a exclusão tem sido uma prática bastante presente. Claro, é fato que houve muitos avanços no que se refere a inclusão da sociedade na escola até porque é um direito constitucional, no entanto, é preciso que novas modificações ocorram nas políticas educacionais para toda a população ser incluída e possa receber o atendimento adequado nas entidades de ensino.

Assim, a partir deste estudo novos poderão surgir buscando investigar os impactos que o processo histórico da educação básica brasileira tem causado no nosso sistema de ensino atual e, o que pode ser feito para solucionar a exclusão escolar, seja referente a alunos com deficiências, às pessoas que vivem sob condições precárias, entre outros, fatores que contribuem com tal exclusão.

REFERÊNCIAS

ALIÁS, G. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva.** São Paulo, SP: Cengage, 2016.

ARAÚJO, C. M.; OLIVERA, M. C. S. L.; ROSSATO, M. O. Sujeito na Pesquisa Qualitativa: Desafios da Investigação dos Processos de Desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 1-7. 2016.

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

FERREIRA JR, A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo.** 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões. **Revista GIS**, Rio de Janeiro, p. 30-36, 2004.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas.** 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, T.; CASA, G. M. A Educação Especial no Brasil: legislação e breve contexto histórico. **Revista Professare**, Cacador, v. 7, n. 3, p. 34-46, 2018.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. M. F.; SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade.** São Paulo: UNESP, 2014.

SANTOS, D. C. C. F. **A Perspectiva do Professor da Educação Especial no Contexto da Escola Comum.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara – SP, 2020.

SILVA, M. **História da Educação Brasileira.** São Cristóvão: CESAD, 2009.



SOUZA, J. C. S.; SANTOS, M. C. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, 2019.

VILLEGAS, M. M.; GONZÁLEZ, F. La investigación cualitativa de la vida cotidiana. Medio para la construcción de conocimiento sobre lo social a partir de lo individual. **Psicoperspectivas Individuo y Sociedad**. Chile, v. 10, n. 2, p. 35-59, 2011.